

DOI: 10.46943/V.CINTEDI.2024.02.007

MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E O USO DAS TDICS: A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM UMA CULTURA DIGITAL

Patrícia da Costa Moura¹
Carlos Augusto Carneiro Costa²

RESUMO

O artigo faz uma análise sobre os conceitos de Cultura digital e mediação pedagógica, enfatizando a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação - TDICs no processo de ensino- aprendizagem de alunos com deficiência. Imersos em uma cultura digital, professores esforçam-se todos os dias para incluir os alunos com deficiência. Os recursos digitais, mesmo que presentes nas escolas, não são suficientes, por si só, para que ocorra a inclusão. A tarefa é complexa e necessita, além de um bom planejamento, de um mediador que deve conduzir as ações entre as partes e impulsionar as trocas. Nesse sentido, o presente trabalho busca compreender como a mediação pedagógica potencializa as TDICs no processo de inclusão. Para tanto o estudo parte da seguinte indagação: qual a importância da mediação pedagógica frente ao uso das TDICs para a inclusão de alunos com deficiência? A hipótese deste estudo é de que a mediação pedagógica consiste numa via formativa que auxilia e potencializa o uso das TDICs no processo inclusivo. A metodologia adotada constitui-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, incluindo as obras de autores como Lemos (2002), Vygotsky (2011), Mori (2013), Freitas & Souza (2013), Castro et al (2022) e Moran (2012). A partir de uma seleção de recortes das obras dos referidos autores, foram feitas reflexões

1 Mestranda do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI), pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa, patricia.moura@unifesspa.edu.br.

2 Orientador. Doutor em Letras: Estudos Literários. Professor de Estudos Literários da Unifesspa – Campus de São Félix do Xingu, Instituto de Estudos do Xingu, Faculdade de Letras e Educação, cac@unifesspa.edu.br.

a respeito da temática e concluiu-se que para se fazer a inclusão de alunos com deficiência no meio digital é necessário que haja a mediação pedagógica, constituindo-se de um processo dialógico entre professor e aluno.

Palavras-chave: Mediação pedagógica. TDIC. Educação Inclusiva. Cultura Digital.



INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com deficiência é desafiadora e necessária, ainda mais em um contexto, culturalmente, digital. O ambiente escolar é um local de interação, descobertas e aprendizado. Para isso, precisa atender as necessidades dos alunos em diversos aspectos, dentre eles, o social e o educacional.

Na cultura digital em que estamos inseridos, as Tecnologias da Informação e Comunicação – TDICs apresentam-se como ferramentas potentes no que tange ao estímulo e facilitação da aprendizagem. O próprio texto normativo da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, em sua Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, contempla a utilização das TDICs quando determina que é preciso:

f. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação, de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar por meio das diferentes linguagens, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos. (Brasil, 2017, p. 8).

Para além dos recursos tecnológicos, a atuação do professor no processo de ensino-aprendizagem é incontestável. Muito mais que ensinar, o docente cumpre o papel de mediar, fazer a interação entre o aluno e o objeto estudado, situação em que ambos ensinam e aprendem juntos.

Fundamentando-se no contexto histórico e social brasileiro acerca da inclusão de alunos com deficiência, o presente trabalho propõe-se a apresentar uma análise sobre a mediação pedagógica e o uso das TDICs na inclusão de alunos com deficiência. Considerando as contribuições sobre cultura digital, mediação pedagógica e Política Nacional de Educação, objetivando-se compreender de que forma a mediação pedagógica e o uso das TDICs podem favorecer o processo de inclusão dos alunos com deficiência.

Com base nos princípios da educação inclusiva, que intenta desenvolver estratégias facilitadoras, bem como utilizar recursos tecnológicos que favoreçam a aprendizagem, levanta-se o seguinte questionamento: qual a importância da mediação pedagógica frente ao uso das TDICs para a inclusão de alunos com deficiência? A hipótese deste estudo é a de que a mediação pedagógica consiste numa via formativa que auxilia e potencializa o uso das TDICs no processo inclusivo.

A fim de ratificar a referida hipótese ao longo do estudo, analisamos os conceitos de cibercultura e mediação pedagógica, dando ênfase à utilização das TDICs no processo de ensino-aprendizagem.

Com vistas a construir uma reflexão acerca dessa temática e por se tratar de uma investigação preliminar sobre o assunto, optou-se por realizar uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, a partir de produções teóricas e reflexivas a respeito do tema.

Partindo de análises conceituais, consumou-se que a mediação pedagógica se constitui como peça fundamental no processo de inclusão de alunos com deficiência imersos na cultura digital. Assim como, as inovações tecnológicas aliadas a um planejamento focado nas necessidades do aluno, convergem em inovações pedagógicas, capazes de potencializar as possibilidades de aprendizagem.

Para tanto, as TDICs se apresentam como importantes ferramentas de inclusão e de ensino, quando usadas a partir de uma base crítica e elucubrativa em torno da cultura digital e da educação inclusiva.

Denota-se assim, que a inclusão escolar de pessoas com deficiência no Brasil, há muito vem sendo um tema bastante discutido e pesquisado, fundamentando diversos trabalhos acadêmicos e auxiliando profissionais nas mais variadas áreas. Neste trabalho conferiu-se a trajetória da inclusão escolar da pessoa com deficiência no Brasil e a importância da mediação pedagógica frente ao uso das TDICs.

METODOLOGIA

Este trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica sobre a mediação pedagógica e o uso das TDICs frente a inclusão de alunos com deficiência. Fundamentando-se nos preceitos da educação inclusiva, cultura digital e mediação pedagógica.

Tendo em vista atender o objetivo de compreender como a mediação pedagógica e uso das TDICs favorecem a inclusão de alunos com deficiência, optou-se pela coleta de dados por meio de pesquisas bibliográficas que fundamentassem questões como: educação inclusiva e cultura digital, mediação pedagógica e o uso das TDICs no processo de inclusão de alunos com deficiência. Para tanto, o trabalho apoiou-se em autores como Lemos (2002), Vygotsky

(2011); Mori (2013); Freitas e Souza (2013); Mantoan (2015); Castro, Mill e Costa (2022) e Moran (2012).

REFERENCIAL TEÓRICO

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A CULTURA DIGITAL

Após muitos anos de exclusão e segregação, finalmente os estudantes com necessidades educacionais especiais contam com leis que garantem o seu acesso à educação. Mas não foi sempre assim. Ao analisarmos os marcos legais da Educação especial no Brasil, passamos por vários momentos importantes, dentre eles:

Em 1994, a Declaração de Salamanca passa a influenciar na formulação das políticas públicas da educação inclusiva, pois a mesma proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater a discriminação e que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras” (Brasil, 2006, p.330).

Em 2008, foi criada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, visando construir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

Em 2009, o decreto nº 6.949 promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Em seu artigo 24, o documento determina que os estados participantes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena, adotando medidas para garantir que:

- a) as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência; b) as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Brasil, 2007, n.p.)

No cenário contemporâneo, experimentamos o paradigma da educação inclusiva, quando a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento das necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e atuando de forma articulada com o ensino comum.

Em uma proposta inclusiva, os alunos devem participar ativamente e de forma equitativa do processo de aprendizagem. Nesse contexto, ressaltamos a importância de introduzir os alunos na cultura digital, afinal, todas as áreas da sociedade estão imersas nessa nova era. De certo que nem todas as escolas estão munidas de equipamentos de ponta, mas as tecnologias estão democratizadas e podem ser acessadas, até mesmo, nos *smartphones* por meio de atividades *off-line*.

Vivemos, por tanto, o que conhecemos por “cultura digital”, ou a “cibercultura”. Por cultura digital, podemos afirmar que se trata de um conjunto de práticas, valores e conhecimentos relacionados ao uso da tecnologia da informação e da comunicação. Em concordância com o termo, Lemos diz que:

A cibercultura é uma forma sociocultural que surge da simbiose entre cultura, sociedade e novas tecnologias e que se estabeleceu pela necessidade de novas formas sociais que surgiram a partir da década de sessenta com as novas tecnologias digitais. Em suma, a cibercultura é a cultura contemporânea marcada pelas tecnologias digitais (LEMOS, 2002, p. 1).

A cultura digital envolve diversas concepções acerca de inovações proporcionadas pelo uso das tecnologias digitais e das próprias conexões em rede para a realização de novos tipos de interação, comunicação, compartilhamento e ações no meio social. Essa expressão nada mais é do que um termo atualizado e temporal da cultura. Segundo Santaella, trata-se da “criação de uma outra cultura, com outros referenciais” (Santaella, *apud* Kenski, 2018, p. 2). Ou seja, trata-se de uma ruptura com as culturas anteriores, seus conceitos e suas práticas sem, no entanto, exterminá-las integralmente.

Assim sendo, cada era cultural trafega com seus próprios conceitos, práticas, valores e singularidades. No caso da cultura digital, devido à sua potência e expansão, ela procede da cultura popular, mas não a exclui, fazendo assim com que grupos nativos mantenham suas tradições e, ao mesmo tempo, sejam praticantes da cultura digital.

A sociedade, de modo geral, vem passando por várias eras, ou seja, várias culturas, e para compreender melhor essas passagens, Santaella (2003) diz que “(...) é preciso considerar seis tipos de eras culturais no processo de evolução da humanidade: a cultura oral, a cultura escrita, a cultura impressa, a cultura de massas, a cultura das mídias e a cultura digital” (SANTAELLA, 2003 *apud* KENSKI, 2018, p. 1).

Ainda segundo a autora, as novas tecnologias digitais de informação e comunicação estão mudando não apenas as formas de entretenimento e de lazer, mas também, diversas esferas da sociedade: o trabalho, o consumo, o gerenciamento político, as atividades militares e policiais, a comunicação e a própria educação. Porém, vale ressaltar que os meios de comunicação e as redes digitais são apenas canais para a transmissão de informação. O que promove as mudanças são os tipos de signos e os tipos de mensagem que são difundidos.

Desse modo, atender as demandas de alunos com necessidades educacionais especiais requer lançar mão de recursos e materiais diversificados que possam estimular e favorecer a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades que formem sujeitos protagonistas, emancipados e sabedores de seus direitos e ideais.

A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E O USO DAS TDICS

A imersão na cultura digital se mostra necessária para o trabalho com alunos público-alvo da educação especial – PAEE, em que o modelo de educação excludente e segregador já não tem mais lugar. O que se sobressai é o modelo inclusivo, aberto e acolhedor. O momento é de focar nas possibilidades e no conhecimento genuíno; agregar as novas tecnologias aos conhecimentos prévios, construindo novos caminhos de aprendizagem.

Neste sentido, o processo de ensino-aprendizagem está diretamente ligado às atividades de mediação entre os seres humanos. Segundo Freire (1997, p. 25), “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”.

Historicamente, sabemos que precisamos uns dos outros para aprender, pois, a aquisição de conhecimento é repassada entre os sujeitos de geração em geração, sendo que o professor se configura como um elo entre o conhecimento e o aluno.

Em seus estudos, Vygotsky já defendia que a diferença entre os seres humanos dos outros seres é o convívio social e o seu transpasse pela cultura:

“as crianças se socializam, pois elas não são sociais por natureza, produzem-se no meio social” (VYGOTSKY, 2011. p. 209).

Por tanto, o termo social implica em dizer que o comportamento humano é constituído de interação entre os pares, de trocas e ensinamentos, ou seja, o homem se desenvolve por meio do seu próprio meio social e cultural. A mediação pedagógica é, portanto, um processo dialógico em que tanto o professor quanto o aluno aprendem e ensinam juntos.

Por mediação pedagógica entendemos a atitude, o comportamento do professor que se coloca como um facilitador, incentivador ou motivador da aprendizagem, que se apresenta com a disposição de ser uma ponte entre o aprendiz e sua aprendizagem - não uma ponte estática, mas uma ponte ‘rolante’, que ativamente colabora para que o aprendiz chegue aos seus objetivos (MASETTO, 2013, *apud* CASTRO, MILL, COSTA, 2022, p. 2).

É inevitável que ao desempenhar o papel de mediador do conhecimento, o professor seja confrontado pelas inovações tecnológicas, às quais as novas gerações de educandos estão inseridas. Em meio à era digital, o que reverbera é a conexão, o *on-line* e uma nova linguagem que flui em ritmo acelerado, cujas informações são atualizadas a todo momento. Nesse contexto, o mediador percebe a urgência em descobrir e planejar novos meios de motivar e facilitar a aprendizagem.

Sendo um processo complexo, a mediação pedagógica demanda organização, tempo e conhecimento por parte do discente, além de uma estrutura necessária para desempenhar seu papel. Desse modo, superar desafios faz parte da prática discente, principalmente no que diz respeito à integração às inovações tecnológicas para que elas também se constituam em inovações pedagógicas, prontas a convergir no alcance dos objetivos de aprendizagem pleiteados.

Ao concordar com Buzato (2009), Castro, Mill, Costa (2022), afirmam que:

A utilização das TDICs no processo de ensino e aprendizagem favorece o desenvolvimento cognitivo, amplia os sentidos, impulsiona a formação dos professores para atualização e apropriação das tecnologias digitais e torna as aulas mais envolventes por meio da construção colaborativa do conhecimento e das conexões entre as disciplinas. (CASTRO, MILL, COSTA, 2022, p. 5)

Conectar o aluno com as Tecnologias da Informação e Comunicação – TDICs, estabelece um novo olhar para o ensino e a aprendizagem. Neste momento, ressalta-se a importância da mediação pedagógica no desenvolvimento de habilidades e competências quanto ao uso das TDICs.

Trata-se, portanto, de formar o aluno enquanto sujeito crítico, ético e reflexivo, para a utilização responsável dos recursos tecnológicos em meio a uma sociedade cada vez mais digital e conectada em redes.

Ao destacar o envolvimento, a troca e a interação que constituem a mediação, Mori (2013), afirma que:

A mediação pedagógica deve promover o envolvimento, a participação, o respeito, a interaprendizagem, além do amadurecimento intelectual, epistemológico e emocional do educando, uma vez que propicia a aquisição e significação de novos conceitos no desenvolvimento das capacidades formadoras, individuais e coletivas do sujeito (MORI, 2013, p. 4).

Incorporar as TDICs ao ambiente escolar se mostra tão importante quanto aplicar as práticas formadoras e reflexivas acerca da implementação do uso das tecnologias.

Pesquisas sobre mediação pedagógica e tecnológica apontam para a importância de um bom planejamento visando a estruturação das ações docente e discente, além da formação dos professores sobre o uso tecnicamente correto das tecnologias para que estas não sejam subutilizadas ou, até mesmo, para que não entrem em desuso. “Uma mediação pedagógica planejada pode, efetivamente, minimizar o vazio que ocorre entre o potencial das tecnologias e a ação docente em processos de ensino e aprendizagem mediados pelas novas tecnologias” (FREITAS e SOUZA, 2013, p. 537).

Ou seja, o ambiente de ensino precisa ser pensado e planejado de maneira a obter um alicerce firme para o fluir das ações pedagógicas, juntamente com os recursos tecnológicos, tornando os processos educativos atraentes, estimulantes, inovadores e eficazes.

AS TDICS NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Ao partir para as ações, o processo de inclusão almeja por um contexto organizado e consciente, em que as práticas pedagógicas façam uso de recursos que maximizem as possibilidades de aprendizagem e minimizem ou, até mesmo,

eliminam as barreiras frente ao desenvolvimento do aluno. Nesse contexto, destaca-se a importância das TDICs no processo de inclusão de alunos com deficiência, desde que estejam alinhadas a mentes inclusivas, que respeitem e acolham as diferenças na construção do saber.

Muito se fala de inovação no processo de ensino-aprendizagem, especialmente quando se trata de educação inclusiva. Porém, não se pode atribuir essa inovação apenas aos recursos, e sim às atitudes do professor mediador. Conforme Ferretti:

A inovação, portanto, está na postura do professor em relação à sua prática pedagógica, no envolver o aluno numa relação e cooperação, de incentivo, de motivação, para que ele seja sujeito ativo neste processo, empregando as TICs na educação, a fim de tornar mais significativa a aprendizagem de conteúdos e o desenvolvimento de habilidades intelectuais (FERRETTI, *apud* MORI, 2013, p. 6).

Assim sendo, o fazer pedagógico de cada professor é o que proporciona a verdadeira inovação. Conhecer o aluno, suas necessidades e as inúmeras atividades criativas certamente é indispensável para o uso dos recursos tecnológicos. Como diz Moran (2012): “Professores afetivos conseguem comunicar-se de forma acolhedora com seus estudantes através de qualquer aplicativo, plataforma ou rede social”.

Devemos sempre lembrar que o aluno deve ser visto como um sujeito ativo e participante do processo de construção do conhecimento e, portanto, as ferramentas tecnológicas utilizadas precisam fazer sentido e estarem de acordo com os objetivos propostos, proporcionando o melhor aproveitamento possível, aliando conhecimento, criatividade e recursos em busca de uma inclusão, na prática. As TDICs apresentam um grande potencial pedagógico e só precisam ser manuseadas sob uma perspectiva transformadora.

Dentre as tecnologias digitais mais utilizadas nos ambientes educacionais, as mais comuns são: computadores, tablets, *smartphones* e as lousas digitais. Por meio destes, é possível acessar jogos, sala de aula virtual, ambientes digitais de aprendizagem, *chats*, fóruns de dúvidas e debates, aplicativos de acessibilidade, de busca, de ferramentas de exercício e de aplicação, e muitas outras atividades. No universo da inclusão existem muitos programas (*softwares*) e aplicativos que facilitam a participação mais efetiva dos alunos com deficiência e favorecem a equidade para a realização de tarefas. Alguns dos principais recursos utilizados são:

- a) **Hand Talk tradutor para libras.** Esse aplicativo tem como finalidade traduzir os sinais de libras para pessoas portadoras de deficiências auditivas, facilitando a comunicação expressiva como meio pedagógico para os professores interagirem até mesmo com aqueles que não entendem a linguagem de sinais.
- b) **Dosvox.** O *software* realiza a comunicação com portadores de deficiência visual através de síntese da voz em português (ele “conversa” com o deficiente visual em português) e o contato com o teclado de maneira prática. O programa percorre textos e imagens e lê em voz alta tudo o que ele encontra na tela, assim como as operações que o usuário realiza com as teclas alfanuméricas e os comandos digitados. É de fácil aprendizagem, após um determinado tempo de uso.
- c) **ABC Autismo.** O aplicativo tem os quatro níveis de dificuldade iguais aos do programa *Teach*: os dois primeiros níveis são com habilidades concretas, interação com níveis divertidos para a criança. Em seus dois primeiros níveis, a criança começa aprendendo habilidades como discriminação e transposição. Do terceiro nível ao quarto, o jogo começa a ficar mais complexo, sendo que o último nível está plenamente de acordo com o quarto nível do “Teach”, abordando a questão do letramento, em que é ensinada a repartição de sílabas, o conhecimento de vogais e a formação de palavras.
- d) **Mouse de cabeça:** é um programa que permite que o usuário controle o cursor do mouse apenas com o movimento dos olhos, podendo habilitar o teclado virtual, posicionar a barra de rolagem da tela e abrir e fechar programas. São necessários movimentos leves para mudar o cursor na tela. A sensibilidade dos movimentos pode ser ajustada conforme a necessidade e redefinida sempre que for necessário. O programa é gratuito e, para funcionar, basta ter uma *webcam* no computador.

Ao realizar o atendimento de alunos com deficiência, a educação especial tem, entre os seus instrumentos, o Plano Educacional Individualizado – PEI, que tem por objetivo: planejar, desenvolver e avaliar ações específicas para o estudante Público Alvo da Educação Especial – PAEE.

Desse modo, o uso de tecnologias digitais se apresenta como um recurso eficiente e adaptável às diferentes necessidades educacionais. Segundo Moran (2012):

As tecnologias digitais são importantes também para personalizar o processo de aprendizagem, para a elaboração de roteiros individuais, que os alunos podem acessar e estudar no seu ritmo. Essa flexibilidade permite que cada aluno possa progredir de acordo com sua capacidade, ritmo e situação e possa fazer sua avaliação quando se sentir pronto. (MORAN, 2012, p. 03)

Atualmente, temos muitas tecnologias integradas nos *smartphones* de professores, alunos e familiares. Possibilitando, dentro do processo de ensino-aprendizagem, o uso dessas ferramentas para motivar os alunos por meio de jogos, vídeos e histórias, atrelando conteúdos escolares com contextos representativos com os quais eles se identifiquem.

Existem diversas plataformas gratuitas com vários tipos de conteúdo que facilitam a aprendizagem em sala de aula e, por meio das quais, o professor também pode incentivar os alunos a criar seus próprios conteúdos e a compartilhar suas descobertas. Há também um crescimento de portais de apoio aos professores, alunos e famílias, que auxiliam no uso de tecnologias, bem como plataformas de cursos *online* que ajudam docentes e discentes a ampliar o conhecimento por meio do acesso a temas diversificados e atuais, advindos de profissionais renomados e professores de grandes universidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da leitura dos materiais encontrados, foram selecionadas ponderações importantes e necessárias acerca do tema, sendo substancial para uma reflexão sobre a educação inclusiva, a cultura digital e o papel da mediação pedagógica no processo de inclusão.

A educação inclusiva no Brasil, a partir do decreto nº 6.949 de 2009, determina que os estados assegurem um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, adotando medidas para garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso ao ensino inclusivo, de qualidade, gratuito e em igualdade de condições com as demais pessoas.

Neste cenário, a escola regular passa a contar com a educação especial, a qual tem por objetivo o atendimento das necessidades educacionais especiais de alunos PAEE, ou seja, alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Atualmente, a escola vive o desafio da inclusão, sem formações continuadas para os professores e, muitas vezes, sem uma estrutura adequada para proporcionar a equidade entre os alunos. Desse modo, a inclusão é feita por meio do esforço de profissionais que entendem a necessidade de incluir, ou pelo menos, de inserir o aluno nas atividades escolares. Cada profissional busca, dentro do possível, promover um ambiente onde o aluno, principalmente, o aluno com deficiência possa se desenvolver como estudante e como sujeito, sendo ele parte integrante de uma sociedade experimentadora de várias culturas e vários contextos.

Com o intuito de maximizar o desenvolvimento social e acadêmico do aluno, boa parte das escolas vem desenvolvendo ações que integram a busca por conhecimento ao uso de tecnologias digitais, ocorrendo assim a introdução do docente à cultura digital.

É importante que o educando seja preparado para pertencer à essa nova cultura em que a sociedade está inserida. Atualmente vivenciamos a era da cultura digital, a qual constitui-se de um conjunto de práticas, valores e conhecimentos relacionados ao uso da tecnologia da informação e da comunicação. Essa nova proposta traz, por tanto, novas formas de entretenimento, lazer, trabalho, atividades civis, militares e de educação.

Ao introduzir os discentes na cultura digital, não se pode esquecer de associar as mudanças tecnológicas às mudanças pedagógicas, ao desenvolvimento de novos conhecimentos, novas habilidades e novos conceitos, implicando em novos resultados, repercutindo assim o objetivo da tecnologia que é facilitar o aprendizado por diferentes meios.

A cultura digital pode agregar muitas possibilidades no processo educacional, pois desperta curiosidade, ludicidade e novos interesses nas atividades propostas. Em conformidade com Perrenoud (2000) *apud* Moran (2004): “As novas tecnologias podem reforçar a contribuição dos trabalhos pedagógicos e didáticos contemporâneos, pois permitem que sejam criadas situações de aprendizagens ricas, complexas, diversificadas” (PERRENOUD, 2000 *apud* MORAN, 2004, p. 348)

Utilizar as TDICs no ensino pode favorecer uma aprendizagem inovadora, desde que professores ressignifiquem suas práticas, envolvendo o aluno numa relação de cooperação, de incentivo e de motivação pela construção do conhecimento. Conforme, Masetto (2013):

O professor ocupa um lugar significativo nesse processo. Por meio da mediação pedagógica, atrelada aos valores da cultura digital, possibilitará ao educando trocas de experiências, diálogos e oportunidades de vivenciar e criar situações/problemas que levem ao desenvolvimento de habilidades e competências indispensáveis ao cidadão do século XXI (MASETTO, 2013 apud CASTRO, MILL, COSTA, 2022, p. 6).

Ao romper com barreiras tradicionais, muitas escolas vêm implementando novos recursos tecnológicos e novas metodologias, mas sempre serão direcionadas pela figura do mediador, ou seja, do professor que atua com a função de filtrar e compartilhar as informações para a construção do saber.

Ao desempenhar o papel de mediador, é inevitável que o professor seja cotejado pelas inovações tecnológicas. Nesse contexto, sugere-se com urgência que o professor mediador busque se aliar às novas tendências, se atualizando e realizando um planejamento de acordo com as novas necessidades educacionais do aluno.

Ratificando a importância da mediação com foco na formação educacional e pessoal do sujeito, recorreremos aos estudos de Lapa, Lacerda, Coelho (2018, p.44):

A formação de sujeitos capazes de se apropriarem criativamente dos meios tecnológicos significa compreender o seu papel enquanto produtores, e não somente de receptores. Essa é a base fundamental para estarem presentes na cultura digital como sujeitos ativos, em ação emancipadora e transformadora na sociedade. Por esse motivo nos voltamos para a educação, pois o desafio parece estar em compreender o lugar desses sujeitos imersos em um novo contexto, este do tempo e do espaço da mediação tecnológica, no qual as relações sociais acontecem de maneira distinta e o cultivo do homem, portanto, a cultura, se transforma. (LAPA, LACERDA, COELHO, 2018, p. 44)

Utilizar as TDICs no ambiente educacional vai muito além do recurso. O sucesso do processo de ensino imerso em uma cultura digital depende do tipo de aprendizagem que é oferecida ao aluno, ou seja, se é uma aprendizagem colaborativa e se oferece espaço de criação para que o próprio aluno seja o protagonista de suas descobertas. Importa que a conexão seja usada de forma criativa e motivadora, seja à distância e, sobretudo presencial, de formas a

contribuir para a formação de cidadãos críticos e conscientes que fazem parte de uma sociedade que, embora conectada em rede, é composta por pessoas.

A luta pela inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar faz parte do cotidiano brasileiro e não apresenta um prazo para acabar. Infelizmente, é um tema que precisa ser lembrado diariamente para que ele aconteça. A sociedade carece de uma educação que vá além de disciplinas, que eduque o ser humano a conviver com outros seres humanos, dotados de semelhanças, mas fundamentalmente, de diferenças.

Muito já se conquistou, porém a inclusão de fato é feita não só por leis e por tecnologias, mas por diversos fatores que corroboram para a sua prática. A inclusão é cultural, portanto, social e por isso depende de pessoas, de seus pensamentos, concepções e atitudes para com o outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo norteou-se pela análise de conceitos sobre a mediação pedagógica frente ao uso das TDICs no processo de inclusão de alunos com deficiência. Desse modo, recorreremos à fundamentação teórica de alguns autores sobre o tema em questão. A análise levou em conta estudos sobre a educação inclusiva e a imersão na cultura digital. Verificamos que, diante dos avanços tecnológicos em que o mundo está inserido, a escola como um lugar formador não poderia deixar de construir práticas inovadoras, aderindo assim à cultura digital.

Envoltas no paradoxo da inclusão, as escolas buscam garantir o direito de todos à educação, visando alcanças, entre outros, os alunos com deficiência. A inclusão de alunos com deficiência está prevista em lei, mas as escolas nem sempre estão equipadas com estrutura física, recursos humanos e materiais para o processo da inclusão. Neste caso as ações ficam por conta de cada escola, que lança mão dos recursos disponíveis e do trabalho de profissionais engajados em promover um ensino com mais equidade possível.

Os alunos com deficiência precisam experimentar oportunidades de aprendizagem diversificadas, com múltiplas possibilidades, construindo o conhecimento junto com seus pares por meio das diferenças. Afinal, o aprender se faz em sociedade, onde um aprende com o outro. (FREIRE, 1997)

Em uma escola inclusiva, o educador adquire um novo desafio: romper com o tradicionalismo engessado. Seu foco passa a ser o de interagir e mediar

as diferentes formas de aprender, incentivando e valorizando o resultado de cada um. Segundo Mantoan (2015):

O professor inclusivo não procura eliminar a diferença em favor de uma suposta igualdade do alunado - tão almejada pelos que apregoam a homogeneidade da sala de aula. Ele está atento aos diferentes tons das vozes que compõem a turma, promovendo a harmonia, o diálogo, contrapondo-as, complementando-as (MANTOAN, 2015, p. 79).

Nesse novo contexto, é muito importante que todos os componentes do ambiente escolar estejam envolvidos e conscientes do processo de inclusão para que não ocorra tão somente a integração dos alunos com deficiência, visto que existe uma diferença considerável entre integrar e incluir.

A integração chegou primeiro, com o objetivo de promover o acesso dos alunos com deficiência a sala regular, porém sem se preocupar com a igualdade e nem com a qualidade do ensino para este aluno. Mantoan (2003), salienta que pelo processo de integração o aluno com deficiência tem a oportunidade de transitar pelo sistema escolar, desde a classe regular à educação especial, porém, apenas como uma inserção parcial pois o próprio sistema prevê serviços educacionais segregados.

No processo de inclusão, existe uma organização do sistema educacional, onde são consideradas as necessidades de todos os alunos e a estruturação passa a ser definida em função dessas necessidades. A inclusão exige uma mudança radical com relação à integração, ou seja, um verdadeiro rompimento com o passado cedendo lugar a uma nova concepção de educação, onde não mais o aluno com deficiência deve se adequar a escola, mas sim a escola precisa se adequar a ele.

Diante dessa nova adequação, nos deparamos com a cultura digital, a qual está também inserida no ambiente escolar. No que tange aos recursos utilizados na educação inclusiva, observamos que o uso das TDICs favorece e possibilita novos caminhos para o ensino, além de aproximar a relação do educando com o professor mediador.

Sem abandonar os recursos mais tradicionais, o uso da tecnologia se mostra bastante relevante pois beneficia a busca de conteúdos e conceitos atualizados em tempo real, assim como promove jogos e outras atividades no espaço virtual, tornando as aulas mais atrativas e estimulantes, resultando em

uma aprendizagem mais ativa, onde o aluno passa de mero observador a um sujeito participativo e construtor de seu saber.

Com relação ao uso das tecnologias em sala de aula, Moran (2012) salienta que:

A sala de aula assim se transforma em espaço de pesquisa, experimentação, produção, apresentação, debate, síntese. Cada escola, dentro da sua realidade, pode desenhar seus espaços de participação ativa, de experimentação, de elaboração de projetos, de construção de protótipos, de experimentação, criação (MORAN, 2012, n.p.).

Neste contexto, o professor, enquanto mediador do conhecimento, aumenta as oportunidades de aprendizagem dos seus alunos, imersos na cultura digital, ao mesmo tempo em que se mantém no meio tradicional, em torno das carteiras, livros, cadernos, lousas, etc. Ainda reforçando a importância da mediação pedagógica, concordamos com Pereira (2020):

O desenvolvimento sociocultural do indivíduo é situado historicamente e é necessário que o homem se aproprie da cultura material e intelectual. Essa apropriação na fase escolar ocorre através da mediação do professor que, ao já ter absorvido essa cultura, a transmite ao aluno através da relação social e dos diversos instrumentos que contribuem para a mediação do conhecimento. (PEREIRA, 2020, P. 76)

Vale ressaltar que do mesmo modo que é dada importância à inclusão do aluno com deficiência e ao uso das TDICs nesse processo inclusivo, também merece total atenção os fundamentos que este aluno recebe para que ele seja capaz de fazer a leitura e de ressignificar conhecimentos inovadores, sendo ele um real integrante da nova cultura e da nova linguagem, a digital.

Assim sendo, a pesquisa sobre este tema ainda se mostra bastante vasta e com muitas possibilidades a serem exploradas, haja vista a riqueza bibliográfica, dados científicos e o universo a ser pesquisado. A expectativa é de novos estudos sobre inclusão de alunos com deficiência e o uso das TDICs na educação inclusiva, garantindo assim uma nova perspectiva educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Brasília: MEC/SEESP, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

CASTRO, Sara; MILL, Daniel; OLIVEIRA COSTA, Rosilene Aparecida. Apontamentos sobre a mediação pedagógica na cultura digital: Uma Breve Revisão De Literatura. Anais do CIET:CIESUD:2022, São Carlos, set. 2022. ISSN 2316-8722. Disponível em: <<https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/view/1987>>. Acesso em: 07 dez. 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREITAS, Lêda Gonçalves de; SOUZA, Carlos Ângelo de Meneses. Mediação pedagógica na educação à distância: as pesquisas brasileiras. *Linhas Críticas*, Brasília-DF, v. 19, n. 40, pp. 523-542, set./dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4188/3839>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

KENSKI, Vani M. *Verbete: Cultura Digital*. Campinas: Editora Papirus, 2018. Disponível em: <<https://www.academia.edu/43844286/Verbete>>. Acesso em: 06 dez. 2023.

LAPA, Andrea Brandão; LACERDA, Andreson Lopes de; COELHO; Isabel Colucci. **A cultura digital como espaço de possibilidade para a formação de sujeitos**. Disponível em: <https://comunic.paginas.ufsc.br/files/2020/04/>

[cultura-digital-como-espaco-de-possibilidade-para-a-formacao-do-sujeito.pdf](#). Acesso em: 12 dez. 2023.

LEMOS, A. *Cibercultura – tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2002. Disponível em: <<https://facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/cibercultura.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer?* - São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar)

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar - O que é? Por quê? Como fazer?* - São Paulo: Summus, 2015.

MORAN, José Manuel. *A contribuição das tecnologias para uma educação inovadora*. Contrapontos – Volume 4 – n. 2 – p. 347-356 – Itajaí, maio/ago. 2004.

MORAN, José. *Tecnologias digitais para uma aprendizagem ativa e inovadora. A Educação que Desejamos: novos desafios e como chegar lá*. Campinas-SP: Papyrus, 2012. 5ª ed., cap. 4. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2017/11/tecnologias_moran.pdf >. Acesso em: 08 dez. 2023.

MORI, Katia Gonçalves. *A mediação pedagógica e o uso das tecnologias da informação e da comunicação na escola*. São Paulo, 2013. Disponível em: http://chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www4.pucsp.br/webcurriculo/edicoes_anteriores/encontro_pesquisadores/2013/downloads/anais_encontro_2013/oral/katia_regina_goncalves_mori.pdf Acesso em: 09 dez. 2023.

PEREIRA, Aline Dos Santos. *A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM: A CONCEPÇÃO DOCENTE SOBRE O SEU PAPEL COMO MEDIADOR EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE JOÃO PESSOA/PB / UFPB*, João Pessoa, 2020.

VYGOTSKY, L. S. *A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal*. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 4, pp. 861-870, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/x987G8H9nDCcvTYQ-Wfsn4kN/?lang=pt> Acesso em: 09 dez. 2023.